



# SUMÁRIO



*Prefácio de Ruy Rosado de Aguiar Júnior, xi*

*Apresentação de Naranjo de La Cruz, xv*

*Apresentação de Luis Prieto Sanchís, xix*

*Introdução, 1*

## **1 Da proteção e evolução da autonomia privada sob a perspectiva da origem do estado liberal à emancipação do estado social, 3**

- 1.1 As linhas mestras do Estado Liberal e do liberalismo, 3
  - 1.1.1 A concepção de liberdade diante do Estado Liberal e do liberalismo, 8
  - 1.1.2 O Código Civil Napoleônico e a disseminação do voluntarismo e do consensualismo, 10
  - 1.1.3 A autonomia privada e a teoria clássica dos contratos, 12
  - 1.1.4 A crise da teoria clássica dos contratos e da autonomia privada e o início do processo de transformação, 16
- 1.2 O Estado Social e a modificação do paradigma liberal, 18
  - 1.2.1 O contrato e autonomia privada perante o Estado Social: o dirigismo contratual, 21
  - 1.2.2 A fronteira entre o público e o privado, 25
  - 1.2.3 O contrato como ponto de encontro dos direitos fundamentais no Direito Privado, 28

## **2 Premissas para uma delimitação conceitual e para uma apreensão da dimensão jurídica da teoria da eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares, 31**

- 2.1 A transmutação do papel do Estado e da sociedade como fator desencadeador da eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares, 32
- 2.2 A Constituição e a concepção de fundamentalidade das normas jusfundamentais como decorrência da unidade do ordenamento jurídico, 39

- 2.2.1 O princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento jurídico-político dos direitos fundamentais, 42
- 2.3 A adoção de um sistema de posições e relações jurídicas, 44
- 2.4 A aceitação doutrinária da eficácia dos direitos fundamentais entre particulares e a controvérsia acerca do “como”, “em que medida” e os planos material e processual, 45
  - 2.4.1 Os iguais e os desiguais particularizadamente considerados: o fenômeno do Poder Privado ou Social, 49
- 3 Eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares, 55**
  - 3.1 Origem da Teoria *Drittwirkung* e seus vieses terminológicos, 55
  - 3.2 Casuística da eficácia dos direitos fundamentais entre particulares, 59
  - 3.3 A eficácia dos direitos fundamentais entre particulares e a jurisprudência brasileira, 63
    - 3.3.1 O Supremo Tribunal Federal e a ausência de um posicionamento inequívoco em torno da *Drittwirkung der Grundrechte*, 63
    - 3.3.2 A consagração da teoria da eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, 70
    - 3.3.3 A visão dos tribunais ordinários, 72
  - 3.4 Argumentos contrários e refutações à *Drittwirkung der Grundrechte*, 73
  - 3.5 As teorias sobre a eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares, 75
    - 3.5.1 A teoria da eficácia mediata ou indireta (*mittelbare Drittwirkung*), 75
      - 3.5.1.1 A imprescindível intervenção do legislador como forma de estender a eficácia dos direitos fundamentais às relações entre particulares, 79
      - 3.5.1.2 A mediação judicial como forma de garantir a eficácia dos direitos fundamentais nas relações *inter privatos*: a função das cláusulas gerais e dos conceitos indeterminados, 82
    - 3.5.2 A teoria da eficácia imediata ou direta (*unmittelbare Drittwirkung*), 87
    - 3.5.3 A atribuição das lesões ao Estado: a visão de Schwabe, 91
    - 3.5.4 Breves apontamentos acerca da *state action*, 92

Conclusões, 97

Bibliografia, 101